

A SEDES e a Revolução de Abril

Quando a Revolução aconteceu, a SEDES estava em plena atividade. A sua presença, a sua atuação e a influência que detinha eram visíveis, mantendo um papel determinante em diversas frentes. Vencidas as várias resistências e vicissitudes que antecederam a sua existência, que aqui não importa aprofundar, em Abril de 1974, a SEDES contava com três anos e meio de existência, somando um meio milhar de sócios que compunham as delegações de Lisboa, Porto e Évora e vários núcleos, como os de Leiria e da Covilhã.

Criada com o propósito de promover o desenvolvimento económico e social do País, base, como reafirmava João Salgueiro¹, de consequente e almejada transformação política, a Associação conseguira a constituição formal em 4 de dezembro de 1970.

Afinal, como dizia um dos seus elementos mais destacados, Rui Vilar, e seria intenção comum à generalidade dos 147 subscritores que levaram por diante o pedido da sua criação², *já que não se podia fazer um partido então que se fizesse uma associação*.

Os tempos que se seguiram foram de grande intensidade, refletindo uma metodologia própria, combinando a ação dos grupos de debate/trabalho; a organização de colóquios, a nível regional e local, muitos deles com real alcance nacional e dedicando-se à elaboração de projetos concretos aos quais ficaram associados documentos programáticos de referência³. A sua voz crítica, expressa em diversas plataformas, os debates políticos, os tópicos em confronto, a atuação de muitos dos seus elementos, vinham cada vez mais afirmando a SEDES como grupo de oposição.

Os temas de diagnóstico e intervenção sucediam-se, o mais das vezes concertados com a ação e o debate político que, inicialmente dentro da órbita política prevalecente, a Ala Liberal vinha provocando fora e dentro da Assembleia Nacional, até que, porventura compreendendo a impossibilidade do próprio marcelismo abandonou o hemiciclo.

O ano de 1973, em particular, tinha sido pródigo em confrontos e propostas de iniciativa política. Enquanto ganhava eco, em particular nas páginas do recém-criado *Expresso*, o propósito da criação de uma nova força política, a SEDES, tendo então como presidente do Conselho Coordenador Jorge Sá Borges e secretário-geral João Salgueiro, promovia o Encontro de Reflexão Política, destacando-se a ação de Magalhães Mota. Pouco depois, já nas vésperas da Revolução, seriam apresentados os resultados de uma das atividades mais relevantes da Associação levada a cabo nos meses anteriores sob a interrogação *Portugal para onde vais? - perspectivas da sociedade portuguesa*. Os diversos grupos envolvidos apresentaram as análises realizadas e avançaram argumentos e teses compondo vários cenários, prospetivos, quanto ao futuro do país, incluindo referências a um quadro pluripartidário.

A SEDES, embora o consentimento marcelista, provaria ser mais do que um incómodo para o Regime, sendo portadora de um enunciado transformador que afinal de contas

¹ Ver entre muitos outros testemunhos nesse sentido a entrevista em <https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=20>

² Ver em VILAR, Emílio Rui e GOMES, António Sousa, *Sedes: dossier 70/72*, Actualidade Portuguesa, Moraes Editores, Lisboa, 1973.

³ Ver sobre a forma como a SEDES atuava e intervinha as entrevistas de Miguel Caetano e Rui Vilar em <https://memoriaparatodos.pt/inweb/ficha.aspx?ns=310000&lang=PO&id=24>.

ultrapassava a condescendência marcelista ou mesmo a sua putativa intenção reformista. Na prática, a metodologia, a influência, os diagnósticos críticos e o vislumbre do desfecho das propostas para o País, indicavam um caminho mais alternativo do que de continuidade. Certamente a evolução dos acontecimentos, a atuação e as opções políticas de Caetano, especialmente a partir das eleições, suscitaram desilusões e desapontamentos para os que as acalentavam a ilusão reformista e deixavam claras as incompatibilidades.

A SEDES foi, como quase todos, surpreendida pela Revolução. Melhor dizendo, como refere o testemunho de Rui Vilar, o Movimento *surpreendeu sobretudo pelo seu sucesso*⁴.

A Associação não perdeu tempo. Havia que tomar posição, imediatamente. Logo a 29 de abril, respondeu à Revolução e aos novos tempos que se adivinhavam, com a criação de uma Comissão Política, composta por Eduardo Gomes Cardoso, Emílio Rui Vilar, Francisco Sá Carneiro, João Botequilha, Joaquim Magalhães Mota, José Torres Campos, Luís Nandim de Carvalho, Manuel Viana Machado, Mário Bruxelas, Mário Murteira, Mário Pina Correia.

Dias depois, em 17 de maio, reuniu a sua oitava Assembleia Geral⁵. Estavam presentes mais de centena e meia de sócios – muito mais do que o habitual. Compunham a ordem de trabalho a apreciação relatório e contas, a discussão do programa para a eleição dos novos corpos sociais e a eleição dos novos corpos sociais. Mas a discussão foi muito para além disso, dominada pela atualidade. Afinal, que interesse tinha à luz dos acontecimentos recentes, como argumentaria Sá Borges (presidente do Conselho Coordenador cessante), a discussão do relatório desde o golpe de Estado do passado 25 de Abril e o êxito do Movimento Militar?⁶

Estava aberto o debate para a discussão do futuro da Associação considerando as novas circunstâncias que, sim, interessava a maioria dos presentes. Intervieram vários sócios, como Eduardo Gomes Cardoso, assinalando a contribuição de Salgueiro, Magalhães Mota, Manuela Silva e Miguel Caetano, e outros, como Correia Guedes, desviando a reflexão e troca de ideias sobre o passado da Associação para uma discussão de autocrítica argumentando que a SEDES *não tinha penetração nem audiências públicas para além de um pequeno grupo de intelectuais*, como, dizia Luís Marques do Carmo, se vinha referindo amiúde. A questão que se colocava seria então *saber se queremos ou não fazer agora abertura às bases*.

Ultrapassados os pontos formais, aprovado o relatório, passando-se à discussão do programa, o debate ampliou-se e intensificou-se, deixando claras as diversas sensibilidades em presença e a forma como viam o futuro da SEDES.

De uma forma ou de outra, importava esclarecer a posição política da Associação. Teria o tempo da SEDES terminado? Significando a Revolução a conclusão da sua missão? Ou deveria assumir uma configuração política no quadro das circunstâncias emergentes? Procurando, como argumentaria Sousa Gomes a conciliação do trabalho da Sedes com a

⁴ Ver entrevista a Rui Vilar em Memória para Todos, a partir de 2h04 - <https://memoriaparatodos.pt/inweb/interview.aspx?ns=2001000&lang=PO&ida=19&idan=148>.

⁵ Arquivo da SEDES, *Livro de Actas da Assembleia Geral da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social*, fls. 26-31.

⁶ *Idem*.

existência de correntes diferentes de opinião no seu interior e assumir uma atuação que lhe permitisse “*não perder o comboio*”? sendo certo que, na realidade, ainda ninguém imaginava qual seria o seu percurso... Como Vitor Constâncio, na sequência aliás da intervenção de Mário Carvalho, aduziu, deveria a Sedes assumir funções de esclarecimento sobre o que se pode entenderia entender pela ideia em debate da assunção de um projeto socialista dentro de uma opção democrática deixando explícitas as divergências entre as duas correntes: *a social democrata que mantém o sector privado capitalista e a que pretende uma sociedade sem distinção de classes, entende que a primeira não pode chamar-se socialista. E como, argumentava, nunca se tinha realizado a experiência de realização do socialismo do segundo tipo, mantendo-se as liberdades individuais e as regras democráticas, subsistiam problemas não resolvidos no nível teórico e no nível histórico. Daí que, não estando os Partidos em posição ideal para o estudo e debate destes problemas, todos devam permanecer na Sedes*, concluía Constâncio.

Não é este o espaço para detalhar as intervenções que compuseram um debate longo e vivo em que ficaram claros os diferentes entendimentos e posições quanto ao futuro da SEDES. Vários posicionamentos vieram a terreiro, argumentando a indispensabilidade da intervenção das classes trabalhadoras na condução dos destinos da Associação, defendendo a SEDES como plataforma de encontro de diferentes correntes partidárias para definição e esclarecimento de correntes socialistas, esgrimindo caminhos distintos quanto à sua eventual associação ou aliança a algum partido político ou mesmo transformando-se num partido.

O plenário foi longo, terminando de qualquer forma com a eleição dos corpos sociais que deveriam conduzir os destinos da SEDES num novo período da história do País cujos contornos ainda eram muito difusos. Rui Vilar foi eleito presidente da Assembleia Geral e António Sousa Gomes para encabeçar um Conselho Coordenador composto por Eduardo Gomes Cardoso, Henrique Santa Clara Gomes, João Botequilha, José Torres Campos, Manuel Viana Machado, Mário Murteira, Mário Pina Correia e Victor Constâncio.

Seguiram-se tempos complexos, de descoberta e reencontro com a liberdade. A SEDES manteve-se muito ativa procurando um lugar na nova ordem. Foram múltiplos os contactos da Comissão Política com a Junta de Salvação Nacional; manteve-se, entre um grupo representativo, a discussão quanto à possibilidade de transformação em partido político. Entretanto, vários elementos da Associação assumiram lugares relevantes na condução política do País integrando o primeiro Governo Provisório.

O debate e o cenário das oportunidades quanto ao futuro da SEDES seria condicionado pela definição do curso político e, em particular, pela dinâmica de afirmação e definição do espectro partidário proporcionado pelo quadro democrático. Dito de outra forma, a legalização dos partidos políticos, a afirmação do Partido Socialista e, em particular, a criação do Partido Popular Democrático (tendo como fundadores dois elementos do Conselho Coordenador, Sá Carneiro e Magalhães Mota), frustrariam de certa forma as ambições quanto à transformação da SEDES em partido político.

Em 8 setembro de 1974 teve início uma nova Assembleia Geral extraordinária⁷, que só terminou com uma segunda sessão em 30 de novembro, que acabou por clarificar o rumo da SEDES. Foram então apresentados os resultados dos grupos de trabalho constituídos na base do documento “Socialismo em liberdade” e o documento elaborado pela Comissão Política “Problemas da Transição para o socialismo” dando lugar a uma *discussão foi muito contravertida*, como ficou registado na ata do encontro, cujo desfecho se saldou na rejeição da adesão ao Partido Socialista e na demissão do Conselho Coordenador.

O início do processo de discussão do projeto de alteração dos Estatutos, previsto para a mesma ocasião, foi ajustado em função dos resultados da Assembleia, sendo constituída uma comissão tripartida de nove membros para apresentar uma proposta: *3 designados pelo conselho coordenador, três elementos a eleger directamente pela assembleia e ainda 3 elementos a designar pelo grupo de sócios que defendem a opção do não alinhamento partidário da Associação*.⁸

Ter-se-ia agora que esperar por 1976 para que a SEDES se readaptasse ao novo ciclo político. Foi já em junho⁹ que, sob a presidência de Emílio Rui Vilar, se discutiu o projeto de alteração estatutária *elaborado oportunamente pelo conselho coordenador que o sócio Fernando Melo Antunes apresentou e defendeu*. Ao Conselho Coordenador sucederia agora uma Direção que viria a ser eleita em outubro de 1976¹⁰.

Do passado, ficaria a relevância da sua atuação e sobretudo um importante legado de diagnóstico, debate e reflexão para o futuro de Portugal, focando temas essenciais e de expressiva oportunidade política, alguns mantendo ainda hoje grande atualidade (e.g. os tópicos da regionalização, da justiça e da desigualdade).

A SEDES, de certa forma ao ritmo do País, retomaria a sua dinâmica de intervenção pugnando pelo desenvolvimento económico e social, cumprindo porventura o desígnio inicial de espaço independente de debate político e, como caracterizou Manuela Silva, de *pólo aglutinador de um descontentamento optimista... visionário*.

Maria Fernanda Rollo

⁷ Arquivo da SEDES, *Livro de Actas da Assembleia Geral da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social*, fls. 31-36.

⁸ *Idem*.

⁹ Arquivo da SEDES, *Livro de Actas da Assembleia Geral da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social*, fls. 38-39.

¹⁰ Arquivo da SEDES, *Livro de Actas da Assembleia Geral da SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social*, fls. 40-41.